

5

Conclusão

O pensamento social brasileiro preocupou-se com o fenômeno do populismo no período de 1945 a 1964, procurando compreender os processos de mudança no país, especialmente na relação entre o Estado e a sociedade. Dentre as várias interpretações sobre este fenômeno, acredito ser possível apontar três principais. Este trabalho procurou discutir as que trataram das manifestações populistas no período de 1945 a 1964, oferecidas pela Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e por representantes do pensamento econômico liberal.

Uma das causas da emergência do populismo no Brasil foi entendida por Weffort e Ianni, dois expoentes da Escola de Sociologia da USP, como consequência da crise da dominação oligárquica. Nos regimes oligárquicos, a burguesia, aliada aos produtores agrícolas, detinha o controle do poder e das instituições políticas. Sob o impacto de duas guerras mundiais e da crise de 1929, as oligarquias voltadas à exportação se enfraqueceram. Por sua parte, os novos grupos sociais, que então surgiam no ambiente urbano, passaram a reivindicar uma participação política ampliada. A urbanização e a industrialização, nos anos 1930, criaram a possibilidade de mobilidade social para as classes populares e médias, que não enxergavam as suas reivindicações em termos de luta de classe. O populismo teria nascido da aliança entre as classes populares e a burguesia nacional, uma vez que o enfraquecimento das oligarquias criou um vazio político no qual nenhuma classe conseguia ser hegemonicamente dominante, nem capaz de ocupar isoladamente o poder. O populismo teria vindo preencher este vazio, apoiando-se nas novas condições sócio-políticas, e forjando uma coalizão temporária, em que a idéia de “povo” criava uma ilusão de solidariedade.

Esta combinação de forças heterogêneas no poder constituía o “estado de compromisso”, base do regime populista: uma vez que nenhum dos grupos participantes do poder detinha a hegemonia, todos dependiam do Estado, e a ele dirigiam as mais contraditórias reivindicações. A aliança tácita que está na base do populismo se apóia sobre um processo de identificação entre o líder, o Estado e as

massas. O líder, ou chefe, configura-se não somente como o protetor, mas também como o porta-voz e intérprete das aspirações populares. Daí resulta a relativa utilidade dos partidos políticos e a despolitização dos sindicatos. Ligado diretamente ao povo, o líder populista encarna a soberania do Estado e é o árbitro dos conflitos entre classes.

Diante da urbanização e da industrialização que ocorriam no Brasil, surgiam atores sociais diferentes dos da Primeira República. Nas interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni, a atração da classe trabalhadora passaria, no populismo, não pelo plano ideológico, mas pela política social. A sociologia marxista, fundamental nas análises feitas na Escola de Sociologia da USP, considerava que a modernização e a urbanização trariam avanços para a revolução. A proletarianização de grande parte da população incrementaria as contradições entre o capital e o trabalho. Os conflitos seriam desejáveis, por trazer novas sínteses. O populismo, ao criar obstáculos à conscientização da classe proletária, trabalharia no sentido de prejudicar o progresso da revolução. A política de alianças entre classes foi atacada pelos autores, sendo vista como uma das principais causas que levaram à derrota das esquerdas, em 1964. A idéia de política de massas e a busca do entendimento de o que teria levado a classe operária a abrir mão da revolução em favor da reforma, permitiram um desenvolvimento intelectual que até hoje repercute na Academia e na agenda política brasileira.

Deve ser destacado que foi no industrializado Estado de São Paulo que surgiram dois líderes populistas importantes, Jânio Quadros e Adhemar de Barros, ao mesmo tempo em que foi lá que ocorreu forte crescimento populacional no século XX, impulsionado por altos índices de migração interna e de imigrações. Weffort destaca esta relação, ao ressaltar que estas migrações e a expansão dos meios de comunicação catalisaram o populismo, uma vez que “colocam amplos setores da população do país em situação de disponibilidade política” (Weffort, 2003: 158).

Nos estudos de Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Candido Mendes, importantes figuras do ISEB, embora o populismo político não fosse visto como um procedimento enriquecedor da democracia, o fenômeno não era o alvo maior de suas preocupações. O foco destes intelectuais estava no desenvolvimento, em um ambiente reformista que, através da industrialização, traria o crescimento da

nossa economia. Embora considerassem que o populismo político não fosse a forma mais avançada de comportamento político, era uma manifestação da democracia, uma vez que abria espaço para que o povo se manifestasse politicamente. Sua principal diferença em relação à Escola de Sociologia da USP estava na crença (por parte destes intelectuais do ISEB) em que o caminho do nacional-desenvolvimentismo, em especial a aliança entre o Estado e a burguesia industrial, iria trazer modernização econômica, seguida de transformações sociais. Jaguaribe destacou que a necessidade de se conquistar votos apresentando-se como lideranças capazes de alcançar, em curto prazo, melhores condições de vida para a população, fez com que os líderes populistas desenvolvessem um estilo de comunicação direcionado à satisfação imediata dos desejos das massas.

Considero oportuno chamar a atenção para o fato de que o ISEB estava geograficamente situado na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com ligações institucionais e de vizinhança com o Estado. O fato de seus intelectuais aceitarem a possibilidade de alianças entre as classes econômicas estava, possivelmente, ligado à necessidade de equacionar o problema de alcançar o desenvolvimento em um ambiente democrático, com eleições livres.

Foi fundamental a influência do pensamento cepalino sobre o ISEB. A idéia de uma vanguarda racional comandando o processo de desenvolvimento latino-americano encontrou solo fértil no Brasil. A noção de planejamento era vitoriosa naqueles anos, e a possibilidade de mudanças estruturais de amplo alcance via ação do Estado era sedutora, eleitoralmente.

As preocupações de Gudin, Bulhões e Campos, intelectuais que expressaram as preocupações do liberalismo econômico com o populismo, estavam centradas nas mazelas que viam no populismo econômico. No período de 1945 a 1964, no Brasil, o pensamento keynesiano era dominante. A força das idéias do *Welfare State* facilitava a aceitação dos discursos de políticos que propunham ações desenvolvimentistas, através de promessas eleitorais sem preocupações orçamentárias. Era, em quase todo o mundo, a época de ouro do planejamento, e, aqui, as empresas estatais floresciam. Além disso, programas ligados à responsabilidade fiscal não tinham apelo eleitoral em um país com profundas desigualdades sociais, como o Brasil. Os liberais viam com clareza a dificuldade de se conquistar eleitores, na nossa desigual sociedade, para um discurso que prometia trabalho árduo e recompensas em longo prazo, em oposição

a um em que tudo se resolveria após a próxima eleição.

Para os pensadores liberais, o ideário do projeto desenvolvimentista, apoiado nas idéias econômicas da CEPAL, havia se tornado um obstáculo que precisava ser eliminado. A oposição entre monetaristas e desenvolvimentistas pode ser vista como uma das mais importantes do período estudado. Eles condenaram a irresponsabilidade com que os gastos dos governos foram tratados, bem como a utilização de critérios políticos na alocação destes gastos. O populismo econômico pode ser entendido como uma política que dá prioridade ao crescimento econômico e à redistribuição de renda, ao mesmo tempo em que ignora (ou não se preocupa com) a inflação, o déficit orçamentário, e a reação dos agentes econômicos às políticas não direcionadas ao mercado.

Do ponto de vista ideológico, podemos identificar diferenças entre as três interpretações. Os intelectuais da USP, naquele momento, estavam preocupados com o fortalecimento da classe operária urbana, ator político fundamental para produzir profundas mudanças no capitalismo, via luta de classes. No entendimento dos intelectuais do ISEB aqui analisados, encontramos uma visão reformista com afinidades com a perspectiva do reformismo social, na busca de um desenvolvimento nacional sem rupturas. A visão liberal econômica, que dá ênfase às vantagens da economia de mercado, está na análise que considera o populismo econômico um entrave ao crescimento econômico das sociedades.

Podemos dizer que as interpretações do pensamento social brasileiro aqui estudadas, ajudaram a propagação do debate sobre o fenômeno do populismo no mundo público. No entanto, em razão dos pressupostos teóricos diferentes que fundamentavam suas análises, não foram capazes de contribuir para uma definição precisa do fenômeno. Como vimos, na Escola de Sociologia da USP teve relevância o conceito de “estado de compromisso” desenvolvido por Weffort, e que buscava entender a diminuição da importância da luta de classes no período populista. Dentre as três interpretações, foi nesta que o conceito weberiano de carisma obteve maior destaque. Por outro lado, os intelectuais do ISEB, que trabalharam sob influência do pensamento cepalino, viam o populismo como uma passagem na evolução para a modernização do país, e davam ênfase à preocupação com o nacional-desenvolvimentismo. Já os pensadores econômicos liberais se mantinham fiéis ao liberalismo econômico, marcando suas críticas aos governos que não priorizavam o equilíbrio fiscal.

Duas questões quanto ao populismo são recorrentes nos estudos das Ciências Sociais e da historiografia brasileira. Primeiramente, temos a pergunta de quando teria surgido o fenômeno do populismo no Brasil. Apesar do fato de que, tanto Conniff, como José Murilo de Carvalho fazerem referência ao populismo no governo Pereira Passos, as interpretações aqui estudadas trataram do populismo no período 1945-1964. Nas três perspectivas analíticas aqui discutidas, o fenômeno ganhou visibilidade e vitalidade neste período.

Em segundo lugar, discute-se a importância da questão do populismo para o entendimento do período de 1945 a 1964. Ela é fundamental para que possamos entender essa etapa da política brasileira, de acordo com o que podemos deduzir das análises realizadas nas interpretações vistas aqui. Segundo os representantes do pensamento econômico liberal estudados, não poderemos entender a economia do setor público sem observar a influência dos políticos populistas. Mesmo a economia privada também teve, certamente, suas tomadas de decisão influenciadas pelos líderes populistas que traziam um discurso político intimidador à lógica do mercado. Por outro lado, a relação entre o Estado e a sociedade ficou marcada por fenômenos como manipulação, cooptação ou do “estado de compromisso”, conforme elaborou Weffort. Podemos dizer que o discurso populista traz resultados, do ponto de vista eleitoral, quando atua sobre uma massa popular de uma sociedade com profundas desigualdades sociais, bem como confere legitimidade aos governantes populistas, até o momento em que suas ações econômicas produzem os esperados efeitos negativos (inflação, crise cambial, endividamento, entre outros).

De acordo com as interpretações estudadas, algumas condições presentes na época, no Brasil, agiram no sentido de favorecer o fortalecimento do fenômeno do populismo. A emergência das massas populares no processo eleitoral; o conflito distributivo e a desigualdade de renda no mercado de trabalho; e instituições políticas ainda em formação, trazendo instabilidade política e insegurança em relação à normalidade democrática, podem ser destacadas. Weffort deu ênfase à crise de hegemonia de poder que teria advindo do enfraquecimento das oligarquias e da ausência de uma classe que pudesse exercer o poder por si própria. Como conseqüência, abriu-se espaço para que líderes populistas, em uma relação direta com as massas, alcançassem legitimidade eleitoral, diminuindo a importância dos partidos políticos e da luta de classes no

cenário político. Guerreiro Ramos, apesar de entender que já havia sinais de populismo na República Velha, afirmou que a política populista só passou a ser dominante depois do fim do Estado Novo, uma vez que a independência dos eleitores, comparada ao sistema eleitoral no período oligárquico, criou as condições para o sucesso eleitoral dos líderes populistas. O populismo seria uma fase na evolução política brasileira, posterior à fase da oligarquia e anterior à da política baseada nos grupos de pressão. Gudín marcou suas críticas ao populismo econômico pela luta contra o desequilíbrio fiscal e contra os aumentos salariais sem base em aumentos de produtividade, que seriam responsáveis por uma catastrófica inflação de demanda sem correspondência com uma capacidade de aumento de produção, em prazos compatíveis.

Apesar de suas divergências, os três grupos aqui estudados tinham um aspecto em comum: a marca do intelectual. Atuando na esfera acadêmica e na esfera pública, todos eles procuraram entender a realidade brasileira para intervir sobre ela. Escreveram para ser lidos, objetivando participar do debate público e disputar a definição da agenda pública.